

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas às atividades do Centro Clínico Gaúcho Ltda., relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborado de acordo com as normas vigentes, acompanhado das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

CENÁRIO ECONÔMICO

No ano de 2018, os brasileiros viram uma recuperação, ainda lenta, da economia do país. Alguns fatos contribuíram para que essa recuperação não atingisse patamares maiores. A greve dos caminhoneiros parou o país, afetando o desempenho da produção e do PIB. Os dias de desabastecimento fizeram a economia retrair-se. A greve custou R\$ 15 bilhões, o equivalente a 0,2% do PIB. Apesar de ter travado o país, a greve dos caminhoneiros não foi a única responsável pela lentidão na recuperação econômica. As incertezas externas provocadas pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, pela emergência de uma coalizão eurocética na Itália, pelo vai e vem da saída do Reino Unido da União Europeia e pela tensão do processo eleitoral no Brasil derrubaram ainda mais as estimativas para o PIB. Inicialmente, a previsão de crescimento caiu para 1,6%, porém nas últimas semanas do ano o Banco Central reduziu ainda mais a projeção: para 1,3%, apenas metade do PIB inicialmente estimado. O dólar e a bolsa de valores sofreram oscilações, motivadas por fatores internos e externos, causando variações significativas. No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, o cenário econômico apresentou comportamento semelhante ao nacional, crescendo, mas em patamares inferiores ao esperado para o período. O mercado da Saúde Suplementar segue refletindo o comportamento da economia, pois também apresentou crescimento abaixo das expectativas do setor, ficando praticamente estagnado. A previsão inicial direcionava um avanço no número de beneficiários de planos de saúde em todas as regiões, reflexo da redução na taxa de desemprego. Como o número de desempregados permaneceu estável durante todo o período, as carteiras de beneficiários nas Operadoras de Planos de Saúde também não se modificaram.

CONTEXTO OPERACIONAL

O modelo de negócio adotado pelo Centro Clínico Gaúcho - CCG, alicerçado na verticalização dos atendimentos aos seus beneficiários, vêm se confirmando no mercado de Saúde Suplementar, demonstrando que as

diretrizes implementadas anteriormente continuam no caminho correto. O ano de 2018 consolidou o produto Top Life no mercado, permitindo a penetração da empresa em mercados antes não explorados, como por exemplo, o atendimento a empresas da administração pública, satisfazendo o perfil deste beneficiário e entregando serviços à altura das suas expectativas, bem como a possibilidade de ampliar o público consumidor de planos de saúde. O CCG manteve o foco no aprimoramento do atendimento aos beneficiários voltado aos investimentos em programas assistenciais, como o Saúde em Dia, que ampliou o número de acompanhamentos de tratamentos de alto custo, proporcionando apoio ao paciente durante o tratamento, assim como a ampliação do Programa de Assistência Domiciliar, que continua acompanhando um número expressivo de beneficiários com necessidade de atendimento em seus lares. Mais uma vez o CCG atingiu crescimento da Receita Bruta acima dos índices de inflação, conseguindo crescer a carteira de beneficiários mesmo com o mercado da Saúde Suplementar ter apresentado crescimento abaixo das expectativas. Os custos assistenciais encontram-se sob controle devido ao monitoramento constante das utilizações e da atenção dispensada aos beneficiários. As despesas operacionais ficaram dentro dos patamares planejados, bem como a administração dos processos judiciais. O resultado agregado desses processos reflete nos principais indicadores da Operadora, que se mantém positivos e com margens de segurança suficientes para atender a todas as exigências necessárias.

PERSPECTIVAS E PLANEJAMENTOS PARA 2019

O Planejamento do CCG para o exercício de 2019 aponta as expectativas do mercado frente às medidas que estão propostas pelo novo Governo Federal, culminando num crescimento modesto e gradual do cenário econômico no próximo exercício. O CCG colocará em operação o Sistema Integrado de Informática, projeto que agregará valor à Operadora e a seus beneficiários, pois proporcionará melhor eficiência no atendimento e controles ainda mais efetivos em relação aos processos de cunho operacional e assistencial. Seguindo o propósito de expansão, está prevista a abertura de duas novas unidades de atendimento em Porto Alegre, o que trará ainda mais opções aos beneficiários.

Todos estes processos e consequentemente os resultados obtidos só foram possíveis devido a competência e comprometimento de nossos colaboradores, fornecedores, clientes, instituições financeiras e demais parceiros.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO				PASSIVO			
		2018	2017			2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	NOTA	124.447.692,20	105.313.198,17	PASSIVO CIRCULANTE	NOTA	73.089.855,73	62.473.992,00
Disponível	5	3.938.908,13	989.375,92	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	35.531.948,32	28.978.299,17
Realizável		120.508.584,07	104.323.822,25	Provisões de Contraprestações		1.517.856,57	1.355.348,93
Aplicações Financeiras	4	79.160.060,50	74.826.848,89	Provisão de Contraprestação não ganha - PPCNG		1.517.856,57	1.355.348,93
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		33.169.164,30	31.556.518,45	Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS		15.025.353,68	11.877.605,19
Aplicações Livres		45.990.896,20	43.270.330,44	Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prestadores Serviços Assistenciais		10.493.839,83	8.288.203,74
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5	18.733.289,09	13.238.912,27	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		8.294.898,24	7.457.141,31
Contraprestação Pecuniária a Receber		18.733.289,09	13.238.912,27	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	13	185.845,91	205.813,07
Créditos Oper. Assist. Saúde Não Relac. c/ Planos Saúde da Operadora	6	794.707,92	229.993,16	Provisões	14	1.046.877,17	1.174.577,56
Créditos Tributários e Previdenciários	7	5.015.871,50	5.984.722,96	Provisão para IR e CSLL		1.046.877,17	1.174.577,56
Bens e Títulos a Receber	8	16.610.387,08	9.949.843,51	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	14.934.863,72	12.949.801,56
Despesas Antecipadas		194.267,98	93.501,46	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	11.050.596,65	8.974.670,25
ATIVO NÃO CIRCULANTE		37.575.958,45	37.214.729,70	Débitos Diversos	18	10.539.723,96	10.190.830,39
Realizável a Longo Prazo		8.477.886,79	10.776.986,25	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		42.304.671,72	42.165.113,78
Títulos e Créditos a Receber	8	2.504.265,93	6.182.799,69	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	4.145.781,85	4.285.329,36
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	5.973.620,86	4.594.186,56	Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		4.145.781,85	4.285.329,36
Imobilizado	10	28.019.007,15	25.595.844,07	Provisões	19	2.309.247,45	1.862.912,28
Imóveis de Uso Próprio		5.749.942,90	6.027.248,14	Provisões para Ações Judiciais		2.309.247,45	1.862.912,28
Imóveis - Não Hospitalares		5.749.942,90	6.027.248,14	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	15.990.749,52	18.260.213,49
Imobilizado de Uso Próprio		4.320.761,17	3.537.055,50	Tributos e Contribuições		473.162,68	397.862,49
Não Hospitalares		4.320.761,17	3.537.055,50	Parcelamento de Tributos e Contribuições		15.517.586,84	17.862.351,00
Imobilizações em Curso		2.828.689,39	230,00	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	18.975.023,68	16.587.373,61
Outras Imobilizações		15.119.613,69	16.031.310,43	Débitos Diversos	18	883.869,22	1.169.285,04
Intangível	11	1.079.064,51	841.899,38	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		46.628.923,20	37.888.822,09
TOTAL DO ATIVO		162.023.650,65	142.527.927,87	Capital Social	20	40.713.000,00	40.513.000,00
				Resultados Acumulados		5.915.923,20	(2.624.177,91)
				TOTAL DO PASSIVO		162.023.650,65	142.527.927,87

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

		2018	2017
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	NOTA	276.954.719,25	245.503.057,60
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		285.331.145,38	252.448.440,08
Contraprestações Líquidas		285.331.145,38	252.448.440,08
(-) Tributos Diretos de Oper. c/Planos Assistência à Saúde da Operadora		(8.376.426,13)	(6.945.382,48)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(219.673.282,58)	(197.112.701,85)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(218.835.525,65)	(196.715.092,92)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(837.756,93)	(397.608,93)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		57.281.436,67	48.390.355,75
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	22	7.861.324,61	37.669,39
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	22	346.531,52	7.276.084,24
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		346.531,52	7.276.084,24
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	22	(13.121.422,82)	(8.074.435,24)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	23	(10.938.811,47)	(7.002.234,12)
Provisão para Perdas sobre Créditos	23	(2.182.611,35)	(1.072.201,12)
Outras Despesas Oper. Assist. Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	23	(1.064.217,09)	(51.953,67)
RESULTADO BRUTO		51.303.652,89	47.577.720,47
Despesas de Comercialização		(5.594.150,49)	(5.099.189,98)
Despesas Administrativas	21	(24.352.352,17)	(24.680.278,53)
Resultado Financeiro Líquido	24	1.041.903,58	8.308.586,46
Receitas Financeiras		7.557.662,18	14.217.040,25
Despesas Financeiras		(6.515.758,60)	(5.908.453,79)
Resultado Patrimonial		36.318,00	9.281,37
Receitas Patrimoniais		38.408,71	45.050,09
Despesas Patrimoniais		(2.090,71)	(35.768,72)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		22.435.371,81	26.116.119,79
Imposto de Renda	16.1	(5.156.795,29)	58.703,72
Contribuição Social	16.1	(1.865.085,97)	12.493,35
RESULTADO LÍQUIDO		15.413.490,55	26.187.316,86
Reversão Juros Sobre Capital Próprio		941.176,48	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO LÍQUIDO AJUSTADO		16.354.667,03	26.187.316,86

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos de Saúde	285.805.260,05	253.944.391,78
Resgate de Aplicações Financeiras	31.691.908,57	268.635.732,81
Outros Recebimentos Operacionais	10.520.520,94	5.288.238,89
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(197.460.202,03)	(178.901.478,23)
Pagamento de Comissões	(5.171.495,39)	(4.590.969,53)
Pagamento de Pessoal	(27.356.800,25)	(24.259.358,68)
Pagamento de Pró-Labore	(323.593,52)	(43.132,00)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(2.710.921,83)	(2.567.196,99)
Pagamento de Tributos	(29.750.726,24)	(28.667.845,24)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(5.345.222,87)	(4.053.083,37)
Pagamento de Aluguel	(3.091.664,37)	(3.152.722,17)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(801.016,57)	(557.350,77)
Aplicações Financeiras	(31.854.678,02)	(273.696.693,23)
Outros Pagamentos Operacionais	(17.281.488,73)	(4.381.993,67)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	6.869.879,74	2.996.539,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Hospitalar	-	1.601.000,00
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	5.330.000,00	-
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(1.122.711,01)	(1.463.317,41)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	4.207.288,99	137.682,59
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital em Dinheiro	200.000,00	2.650.000,00
Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	12.405.185,00	17.793.780,00
Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	668.452,42
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(3.293.231,08)	(5.289.130,91)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(9.925.024,52)	(20.555.284,71)
Pagamento de Participação nos Resultados	(7.514.565,92)	-
Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	-	(149.750,68)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(8.127.636,52)	(4.881.933,88)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	2.949.532,21	(1.747.711,69)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	2.949.532,21	(1.747.711,69)
CAIXA - Saldo Inicial	989.375,92	2.737.087,61
CAIXA - Saldo Final	3.938.908,13	989.375,92
Ativos Livres no Início do Período	44.259.706,36	30.473.699,93
Ativos Livres no Final do Período	49.929.804,33	44.259.706,36
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES	5.670.097,97	13.786.006,43

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31/DEZ/2016	37.863.000	(28.811.494,77)	9.051.505,23
Aumento de Capital em Espécie	2.650.000,00		2.650.000,00
Lucro Líquido do Exercício	-	26.187.316,86	26.187.316,86
SALDOS EM 31/DEZ/2017	40.513.000,00	(2.624.177,91)	37.888.822,09
Aumento de Capital em Espécie	200.000,00	-	200.000,00
Lucro Líquido do Exercício	-	16.354.667,03	16.354.667,03
Proposta da destinação do lucro:			
Dividendos		(6.873.389,44)	
R\$ 1,00 por ação		(6.873.389,44)	(6.873.389,44)
Juros sobre Capital Próprio		(941.176,48)	(941.176,48)
SALDOS EM 31/DEZ/2018	40.713.000,00	5.915.923,20	46.628.923,20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.413.490,55	26.187.316,86
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	15.413.490,55	26.187.316,86

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA. é uma operadora de planos de saúde fundada em 20/maio/1995, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 39.280-4, que atua na comercialização de planos privados de assistência à saúde através de serviços próprios e de terceiros em nível ambulatorial e hospitalar, firmando convênio com pessoas físicas e jurídicas, na modalidade de pré-pagamento ou de prestação de serviços.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de Apresentação

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/dez./2018 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Assim, a conciliação pelo método indireto está demonstrada na nota explicativa nº 27.

2.2 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

2.2.1 Apuração do Resultado

a) Receita: o resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As contraprestações provenientes das operações de planos na modalidade de preço preestabelecido passaram a ser apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário do período de cobertura individual de cada contrato e a parcela das contraprestações correspondente aos dias do período de cobertura, referentes ao mês subsequente, está contabilizada na rubrica "Provisão para Prêmios e Contraprestações Não Ganhas - PPCNC", no passivo circulante.

b) Custo: os Eventos Conhecidos ou Avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.

Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da Provisão Técnica específica (PEONA), nos moldes da regulação em vigor.

c) Rateio de Custos Próprios: os custos realizados na rede assistencial própria, que opera no mesmo CNPJ, são apurados segundo critério de rateio próprio verificável.

2.2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.3 Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em conta banco movimento (vide nota explicativa nº 3).

2.2.4 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão reconhecidas pelo seu valor justo (vide nota explicativa nº 4).

2.2.5 Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Os créditos se referem aos planos com preços preestabelecidos, tendo como contrapartida a conta de Provisão para prêmios e Contraprestações Não Ganhas, no Passivo Circulante e, posteriormente, para a conta de Contraprestações Efetivas de Operações de Planos de Assistência à Saúde, conforme a proporção pro rata dia da cobertura prestada.

A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias para os planos coletivos e há mais de 60 dias para planos individuais (vide nota explicativa nº 5). Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no Passivo Circulante, em conta específica de obrigações de Contraprestações Recebidas Antecipadamente.

2.2.6 Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades. A provisão para perdas sobre créditos com operações com outras atividades, é constituída para os valores vencidos há mais de 90 dias (vide nota explicativa nº 6).

2.2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens (vide nota explicativa nº 10). Através de avaliação e formalização interna da entidade, a mesma concluiu pela manutenção dos mesmos prazos de vida útil e respectivas taxas de depreciação praticadas em exercícios anteriores.

2.2.8 Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

2.2.9 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico (vide nota explicativa nº 11).

2.2.10 Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 Provisões Técnicas

São calculadas com base em metodologia própria (conforme estabelecida pela RN ANS nº 393/15 e alterações), excetuando-se a provisão de Eventos a Liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebida pela operadora, conforme estabelecido pela ANS (vide nota explicativa nº 12).

2.2.12 Empréstimos e Financiamentos a Pagar

São registrados pelo valor do principal acrescido dos encargos financeiros proporcionais até a data do balanço (vide nota explicativa nº 17).

2.2.13 Tributos e Encargos Sociais a Recolher

As obrigações de imposto de renda, contribuição social e demais tributos e contribuições são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente (vide nota explicativa nº 15). A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real e, atingindo os limites previstos na legislação acrescenta o adicional de 10%. A contribuição social é provisionada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

2.2.14 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, jurisprudência pacificada ou transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

b) Passivos Contingentes: com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas provisionados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

c) Contingências Tributárias e Obrigações Legais: são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3. DISPONÍVEL	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
Caixa	24.619,80	20.023,17
Bancos conta movimento	3.914.288,33	969.352,75
Total	3.938.908,13	989.375,92

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
4.1 Vinculadas a Provisões Técnicas		
BBrasil RF LP Dedic ANS	10.854.874,03	10.333.359,67
Bradesco FI RF Dedic ao Setor ANS	5.206.181,70	4.954.726,78
Santander FI Dedic ao Setor ANS	10.077.399,52	9.587.080,59
Santander FI ANS BR RF	702.556,39	669.093,36
Itaú Saúde RF FI	2.670.709,69	2.541.202,23
Banco Santander S.A-Aplic ANS II RF	3.657.442,97	3.471.055,82
Subtotal	33.169.164,30	31.556.518,45
4.2 Não Vinculadas a Provisões Técnicas		
Banco Itaú	4.901.192,13	2.676.434,39
Banco Bradesco	1.237.426,46	1.368.363,72
Banco CCB	-	1.035.042,38
Banco do Brasil	14.196.068,91	13.520.450,33
Bradesco Capitalização S.A.	435.447,00	435.771,36
Banco Banrisul	2.294,50	5.908,99
Banco Santander	25.218.467,20	24.228.359,27
Subtotal	45.990.896,20	43.270.330,44
Total	79.160.060,50	74.826.848,89

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas.

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
Planos de Assistência a Saúde		
Planos coletivos	19.098.307,16	13.789.855,51
Planos individuais	1.097.252,52	1.344.498,88
Créditos Operadora	842,33	0,00
Subtotal	20.196.402,01	15.134.354,39
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(1.463.112,92)	(1.895.442,12)
Total líquido	18.733.289,09	13.238.912,27

Idade dos saldos dos valores a receber dos conveniados dos planos de saúde da entidade:

	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
A Vencer	13.002.861,09	9.467.498,50
Vencidos de 1 a 30 dias	4.754.245,47	3.344.839,16
Vencidos de 31 a 60 dias	938.020,77	514.863,46
Vencidos de 61 a 90 dias	274.516,61	141.616,58
Vencidos há mais de 90 dias	1.226.757,97	1.665.536,69
Subtotal	20.196.402,01	15.134.354,39
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(1.463.112,92)	(1.895.442,12)
Total líquido	18.733.289,09	13.238.912,27

6. CRÉDITOS DE OPER. ASSIST. À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

O saldo deste grupo refere-se a valores a receber de clientes por serviços não relacionados aos planos de saúde, basicamente atendimento hospitalar a não conveniados dos planos de saúde comercializados pela entidade:

	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
Títulos a Receber		
Contas a receber	798.323,12	231.538,49
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos	(3.615,20)	(1.545,33)
Total	794.707,92	229.993,16

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
Créditos Tributários		
IRRF	1.076.701,24	818.916,88
CSRF	5.619,41	1.393,35
ISS (i)	3.457.224,75	4.750.927,63
LEI 12.996 (PIS-COFINS)	476.326,10	413.485,10
Total	5.015.871,50	5.984.722,96

(i) A Entidade constituiu créditos tributários relativos a título de ISS sobre os montantes pagos a rede de Credenciados, tem por base ação judicial transitada em julgado.

8. BENS E TÍTULOS A RECEBER	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
Almoxarifado	1.384.057,86	957.865,17
Cheques e Ordens a Receber	55.633,39	171.510,52
Adiantamentos (i)	10.346.478,98	3.014.032,56
Outros Créditos a Receber ("ii" e "iii")	7.328.482,78	11.989.234,95
Total	19.114.653,01	16.132.643,20
Curto Prazo	16.610.387,08	9.949.843,51
Longo Prazo	2.504.265,93	6.182.799,69
Total	19.114.653,01	16.132.643,20

(i) Adiantamentos realizados a Hospitais Credenciados para atendimento dos beneficiários da Entidade.

(ii) Alienação Participação Laboratório Marques D'Almeida: realizada no dia 26/jul/2012 pelo montante de R\$ 13.000.000,00, a receber em 100 parcelas fixas, com vencimento da primeira parcela em 26/ago/2012. Foi estabelecida atualização monetária com base na TJLP. O saldo em 31/dez/2018 é de R\$ 4.197.068,62.

(iii) A Entidade constituiu créditos a realizar relativos a montantes pagos a título de Taxa de Saúde Suplementar no valor de R\$ 2.504.265,93, tendo por base ação judicial transitada em julgado.

9. DEPÓSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
Depósitos/Bloqueios - Eventos Sinistros	773.657,04	757.979,14
Depósitos/Bloqueios - Tributos / Multas Taxas ANS	399.774,96	391.446,85
Depósitos/Bloqueios - Tributos - ISS	1.931.609,93	1.042.455,79
Depósitos/Bloqueios - Trabalhistas	2.282.293,86	1.734.306,99
Depósitos/Bloqueios - Cíveis	586.285,07	667.997,79
Total	5.973.620,86	4.594.186,56

10. IMOBILIZADO	EXERCÍCIOS			
	2018		2017	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	439.655,67	-	439.655,67	439.655,67
Edificações	6.932.632,11	(1.622.344,88)	5.310.287,23	5.587.592,47
Instalações	372.130,14	(321.494,08)	50.636,06	31.082,76
Máq. e Equipamentos	6.916.551,38	(4.626.616,22)	2.289.935,16	2.126.207,38
Informática	4.453.135,76	(3.165.812,70)	1.287.323,06	676.918,39
Móveis e Utensílios	3.169.971,63	(2.495.766,82)	674.204,81	692.509,05
Veículos	506.473,12	(487.811,04)	18.662,08	10.337,92
Imobiliz. em Curso (i) (ii)	2.828.689,39	0,00	2.828.689,39	230,00
Outras Imobilizações	20.467.238,29	(5.347.624,60)	15.119.613,69	16.031.310,43
Totais	46.086.477,49	(18.067.470,34)	28.019.007,15	25.595.844,07

(i) Refere-se à abertura de uma nova filial de assistência a saúde localizada na Av. Farrapos, com intuito de aumentar a capacidade de atendimento dos beneficiários da Operadora.

(ii) Projeto Jinsei, engloba a substituição do sistema de informação próprio da Operadora por um de mercado e a atualização da infraestrutura de TI, tem por objetivo agilizar o atendimento aos beneficiários e melhorar os processos da Operadora, tanto os assistenciais quanto os administrativos.

11. INTANGÍVEL	EXERCÍCIOS			
	2018		2017	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de Computação	4.564.954,88	(3.643.226,25)	921.728,63	684.350,50
Castos c/Prev. à Saúde	1.190.536,16	(1.190.536,16)	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	161.673,17	(4.337,29)	157.335,88	157.548,88
Totais	5.917.164,21	(4.838.099,70)	1.079.064,51	841.899,38

12. PROVISÕES TÉCNICAS	EXERCÍCIOS		
	2018	2017	
Provisão para Contrap. Não Ganha (PPCNG) (i)	1.517.856,57	1.355.348,93	
Provisão de eventos a liquidar (ii)	10.493.839,83	8.288.203,74	
Provisão eventos ocorridos e não avisados (iii)	8.294.898,24	7.457.141,31	
Provisões de eventos a liquidar para o SUS (iv)	19.171.135,53	16.162.934,55	
Total	39.477.730,17	33.263.628,53	
Curto Prazo	35.331.948,32	28.978.299,17	
Longo Prazo	4.145.781,85	4.285.329,36	
Total	39.477.730,17	33.263.628,53	

(i) Refere-se ao PPCNG, contabilizada considerando o início de vigência da cobertura ou da emissão da nota fiscal, o que ocorrer primeiro, e revertida mensalmente no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil;

(ii) Provisão para garantia dos Eventos conhecidos realizado na rede credenciada e ainda não pago.

(iii) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em metodologia própria, aprovada pela ANS mediante Ofício nº 2055/2012/GGAME(GEHA/E)/DIOPE/ANS, a qual está registrada integralmente;

(iv) Provisão para garantia de eventos referentes a débitos de ressarcimento ao SUS, informados pela ANS, registrados contabilmente e ainda não pagos. A IN Conjunta ANS nº 05/11 determinou a forma de contabilização dos montantes devidos de ressarcimento ao SUS a partir de 30/set./2011.

Adicionalmente a entidade está sujeita às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 209/10 e alterações:

a) Patrimônio Mínimo Ajustado: valor mínimo para operar no mercado de planos de saúde, determinado pela ANS, o qual é calculado com base na região de comercialização e do segmento da entidade.

b) Margem de Solvência: a entidade deve manter patrimônio social ajustado superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior. O prazo máximo permitido para a sua adequação é dezembro de 2022, na proporção cumulativa mínima de 70,52% em dezembro de 2018.

c) Ativos Garantidores: as provisões técnicas de curto e longo prazo exigem a constituição de garantias financeiras a serem mantidas de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 392/15 e alterações. A entidade possui lastro suficiente para garantir todas as provisões técnicas constituídas.

13. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
Comercialização s/ Operações		
Comissões a Pagar	185.845,91	205.813,07
Total	185.845,91	205.813,07

Comissões relacionadas à venda de planos de assistência médico-hospitalar e odontológica pelos corretores.

14. PROVISÕES	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
Provisão para IR e CSLL		
IRPJ	768.174,38	862.034,94
CSLL	278.702,79	312.542,62
Total	1.046.877,17	1.174.577,56

15. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
COFINS a Recolher	5.522.888,56	5.420.937,73
ISS a Recolher (i)	4.571.762,29	2.321.778,92
PIS a Recolher	909.042,62	892.516,84
FCTS a Recolher	294.262,63	283.655,46
INSS a Recolher	958.748,70	808.487,82
Processos Previdência Social	473.162,68	397.862,49
Processos Verbas Indenizatórias	9.653.881,72	9.653.881,72
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	59.179,56	47.347,84
COFINS Parcelamento	634.205,26	223.956,32
PIS Parcelamento	246.800,86	41.736,16
INSS Parcelamento	152.640,11	199.904,05
REFIS PCFN Não Parc. (1194)	2.938.626,50	3.335.675,04
REFIS PCFN Parc. (1204)	724.067,13	831.411,20
REFIS Previdência PCFN Não Parc. (1136)	949.558,39	1.077.856,68
REFIS Previdência RFB Não Parc. (1233) (ii)	0,00	2.064.265,91
Dívida Ativa CLT	110.107,36	156.689,61
REFIS RFB Não Parc. (1279)	1.695.996,86	2.071.884,84
Retenções de Impostos e Contribuições	1.008.642,93	878.819,94
REFIS Lei nº 12.996	0,00	70.358,96
PERT-RFB-MP 783 IN 1711(5190) (iii)	0,00	430.987,52
Total	30.903.574,16	31.210.015,05
Curto Prazo	14.934.863,72	12.949.801,56
Longo Prazo	15.990.749,5	18.260.213,49
Total	30.925.613,24	31.210.015,05

(i) Provisão constituída das apurações de ISS nas cidades onde a empresa possui liminares que modificam a base de cálculo.

(ii) Após a conclusão da revisão da consolidação do parcelamento da Lei 11.941/2009, modalidade RFB - PREV - Art. 1º, pela Receita Federal do Brasil, houve o recálculo do valor das prestações e, após apropriação de todos os pagamentos efetuados ao longo do parcelamento, o parcelamento foi liquidado.

(iii) Pagamento e Janeiro/2018 da parcela única, com redução de juros e multa, conforme previa a modalidade "a" INCISO III do Art. 2º da Lei 13.496/2017.

16. PROGRAMA DE PARCELAMENTO	2018		EXERCÍCIOS	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Tributos federais				
Previdenciários (i)	210.932,62	891.265,88	521.370,53	2.820.656,11
Não previdenciários (ii)	1.399.403,81	14.626.320,96	1.774.886,48	15.041.694,89
Totais	1.610.336,43	15.517.586,84	2.296.257,01	17.862.351,00

(i) Débitos tributários devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS") incidentes sobre folha de pagamento e serviços prestados por autônomos;

(ii) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL exigidos tanto pela Receita Federal como pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

Os parcelamentos de tributos federais estão sendo atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR				
Instituição	Vencimento	2018	2017	Finalidade
Banco Brasil	20/ago./2022	4.166.273,69	5.115.875,77	Cap. Giro
Banco Bradesco	Diversos	2.883.950,28	4.807.300,99	Cap. Giro
Banco Santander	Diversos	11.618.188,04	9.387.870,32	Cap. Giro
Banco Itaú Unibanco	Diversos	9.383.224,61	5.028.663,28	Cap. Giro
Bradesco Leasing	Diversos	1.973.983,71	775.908,93	Bens Móveis
Banco CCB	16/abr./2018	0,00	446.424,57	Cap. Giro
Totais		30.025.620,33	25.562.043,86	
Curto Prazo		11.050.596,65	8.974.670,25	
Longo Prazo		18.975.023,68	16.587.373,61	
Total		30.025.620,33	25.562.043,86	

18. DÉBITOS DIVERSOS	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
Obrigações com Pessoal	4.667.678,27	5.723.606,27
Fornecedores	3.405.842,70	2.114.625,04
Depósitos de Terceiros	22.363,45	16.829,48
Outros Débitos (i)	3.327.708,76	3.505.054,64
Total	11.423.593,18	11.360.115,43
Curto Prazo	10.539.723,96	10.190.830,39
Longo Prazo	883.869,22	1.169.285,04
Total	11.423.593,18	11.360.115,43

(i) Adesão ao Programa de Regularização de Débitos (PRD 2017) das multas Administrativas da ANS na modalidade II: Pagamento da primeira prestação de, no mínimo, 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, com redução 60% dos juros e da multa de mora, em 59 prestações mensais.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

19.1 Contingências com Risco de Perda Provável

A entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
Trabalhistas	1.609.662,56	1.093.464,56
Multas ANS (i)	146.126,44	146.126,44
Cíveis	553.458,45	623.321,28
Total	2.309.247,45	1.862.912,28

(i) Em relação às Multas aplicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, embora discuta judicialmente estas cobranças.

19.2 Contingências com Risco de Perda Possível

A entidade também possui processos, cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	EXERCÍCIO	
	2018	2017
Trabalhistas	1.555.624,22	1.531.502,00
Cíveis	682.327,42	920.318,06
Total	2.237.951,64	2.451.820,06

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 40.713.000,00, representado por 40.713.000 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, de totalidade de sócios residentes e domiciliados no País.

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	EXERCÍCIO	
	2018	2017
Pessoal	13.210.050,19	13.951.137,78
Serviços de terceiros	3.392.757,58	3.518.555,35
Localização e funcionamento (i)	3.774.159,08	3.409.460,38
Publicidade e propaganda	827.357,39	620.829,01
Tributos	20.640,01	29.365,56
Multas Administrativas (ii)	454.853,07	0,00
Outras (iii)	2.672.534,85	3.150.930,45
Total	24.352.352,17	24.680.278,53

(i) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, segurança, etc.;

(ii) Reclassificação das multas administrativas aplicadas pela ANS, de Outras Despesas Operacionais para Despesas Administrativas.

(iii) Contingências, despesas diversas (mensalidades e anuidades, serviços comerciais, confraternização, entre outros).

22. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	EXERCÍCIO	
	2018	2017
Outras Despesas Operacionais		
Provisão para perdas sobre créditos	2.182.611,35	1.072.201,12
Outras desp. assist. ñ. relac. c/ planos	1.064.217,09	51.953,67
Promoprev	10.938.811,47	7.002.234,12
Total	14.185.639,91	8.126.388,91
Outras Receitas Operacionais		
Outras receitas operacionais	7.861.324,61	37.669,39
Outras rec. oper. ñ. relac. c/ planos	346.531,52	7.276.084,24
Total	8.207.856,13	7.313.753,63
Resultado	(5.977.783,78)	(812.635,28)

23. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Despesas com comissões a equipe interna e a corretores pela venda de planos de assistência médico-hospitalar e odontológica. No exercício de 2018, as despesas de comercialização totalizaram R\$ 5.594.150,49 (R\$ 5.099.189,98 em 2017).

24. RESULTADO FINANCEIRO	EXERCÍCIO	
	2018	2017
Despesas		
Despesas financeiras (i)	906.702,15	411.545,89
Empréstimos e financiamentos	3.636.270,04	4.691.576,48
Parcelamento de tributos	69.286,73	(182.029,50)
Juros de Capital Próprio	941.176,48	0,00
Outras	962.323,20	987.360,92
Total	6.515.758,60	5.908.453,79
Receitas		
Recebimentos em atraso	1.344.714,30	1.015.005,17
Aplicações financeiras	5.073.231,87	6.518.011,18
Outras	1.139.716,01	6.684.023,90
Total	7.557.662,18	14.217.040,25
Resultado Financeiro Líquido	1.041.903,58	8.308.586,46

(i) Despesa Financeira referente ao Ressarcimento ao SUS

25. SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31/dez./2018, a entidade possuía as seguintes principais apólices contratadas com terceiros:

Item	Tipo de cobertura	Valores Segurados
Prédios	Roubo, incêndio e outros	30.000.000,00
Frota de veículos	Roubo, acidentes e outros	Valor de mercado FIPE

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A empresa transacionou no exercício com a seguinte empresa:

Coligada: Empresa: Hospital e Maternidade Centro Clínico Ltda.

Operação: Prestação de Serviços | Volume em 2018: R\$ 14.122.031,24 | Saldo em dez./2018: 0,00

Coligada: Empresa: Laboratório Marques D'Almeida Ltda.

Operação: Prestação de Serviços | Volume em 2018: R\$ 18.892.160,48 | Saldo em dez./2018: 0,00

27. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	EXERCÍCIO	
	2018	2017
Resultado Líquido	16.354.667,03	26.187.316,86
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais	9.758.937,21	8.446.285,23
Depreciações e Amortizações	2.410.441,06	2.166.860,00
Variações em Provisões Técnicas	837.756,93	397.608,93
Resultado da Alienação/Baixa de imobilizado	2.090,71	35.768,72
Provisão (Reversão) de Contingências	446.335,17	(1.147.411,87)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	2.182.611,35	1.678.861,52
Juros sobre Empréstimos	3.879.701,99	5.314.597,93
VARIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		
Variação dos Ativos Circulante e Não Circulante - (Aumento)	(21.398.265,87)	(16.996.414,91)
Variação dos Passivos Circulante e Não Circulante - (Redução)	5.031.798,28	(14.640.647,58)
CAIXA LÍQUIDO - ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.869.879,74	2.996.539,60

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Administradores e Diretores do
CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos, sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito de outros aspectos, o alcance planejado, a época da auditoria e as constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2019.